

Ygor Pires Monteiro¹

Resumo: Em 2023, foi lançado o documentário *Memória Sufocada* sobre dados na internet a respeito da ditadura civil-militar brasileira, dirigido por Gabriel Di Giacomo. O mesmo realizador organizou esses materiais em um site homônimo, acessível ao público interessado. Então, desde sua origem, o projeto aborda as versões e narrativas que circulam na internet sobre a ditadura e são impactadas pelas características específicas do universo digital. Sendo assim, o presente trabalho parte da plataforma *Memória Sufocada* para analisar práticas de arquivamento, narrativas históricas e redimensionamentos de memórias influenciadas pelas novas tecnologias de comunicação e informação. Como produzir acervos específicos, representar esse passado histórico e atribuir outros sentidos ao período nessas plataformas?

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; História Digital; Memória; Arquivos digitais.

**DIGITAL NARRATIVE, COLLECTION PRODUCTION AND MEMORY BUILDING:
THE PLATFORM MEMÓRIA SUFOCADA**

Abstract: In 2023, the documentary *Stifled Memory* was released, focusing on data available online about the Brazilian civil-military dictatorship, and directed by Gabriel Di Giacomo. The same filmmaker organized these materials on a website with the same name, accessible to interested members of the public. Since its inception, the project has addressed the versions and narratives circulating online about the dictatorship, which are influenced by the specific characteristics of the digital realm. Therefore, this work uses the *Stifled Memory* platform to analyze archiving practices, historical narratives, and the reshaping of memories influenced by new communication and information technologies. How can specific archives be produced, how can this historical past be represented, and how can different meanings be attributed to this period on these platforms?

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Digital History; Memory; Digital files.

¹ Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: ygor_pires01@hotmail.com.

Em março de 2023, o documentário *Memória Sufocada* foi lançado nos cinemas brasileiros. O diretor Gabriel Di Giacomo produziu um filme sobre a ditadura civil-militar de narrativa pouco convencional, que envolve pesquisas em diferentes plataformas digitais sobre o tema. Materiais disponíveis no YouTube, Facebook, Twitter e WhatsApp aparecem ao longo da obra. As informações reunidas e combinadas tratam de vários aspectos da ditadura, como o golpe, a repressão, a economia e a abertura política, costurando assim um raciocínio coerente para o período de 1964 a 1985.

O passado não é o único interesse do documentarista, já que a narrativa dialoga em muitos sentidos com o presente. O documentário possui um caráter hipertextual, que permite entrelaçar arquivos distintos como se muitas janelas de um computador fossem abertas através de links clicados. Esta característica é uma marca da contemporaneidade. Além da relação entre linguagem digital e cinematográfica, a produção também aproxima eventos da ditadura da conjuntura recente do país, como o golpe contra João Goulart e Dilma Rousseff e as manifestações anticomunistas.

Concomitantemente à produção do filme, Gabriel Di Giacomo e a produtora audiovisual Salvatore Filmes criaram a plataforma *Memória Sufocada*. À medida que os materiais exibidos no documentário eram pesquisados, eram também organizados para constar no site e serem acessados pelo público a qualquer momento. Em entrevistas, o cineasta explicou tanto o surgimento da obra audiovisual quanto a criação da plataforma (TV CEARÁ, 2023; TV FÓRUM, 2023), em função do contexto do tempo presente no Brasil.

A conjuntura recente do país contribuiu para os dois projetos. Segundo o realizador, as narrativas sobre a ditadura sofrem com os impactos da impunidade dos crimes cometidos e a disseminação de posturas revisionistas e negacionistas. Em sua percepção, o número de grupos e de discursos a

favor do regime autoritário teriam crescido a partir das Jornadas de Junho de 2013. Desde o processo de redemocratização, representações diferentes acerca da ditadura foram construídas e transformadas, sendo que cresce na atualidade uma memória extremista de legitimação do autoritarismo (NAPOLITANO, 2015).

Segundo Gabriel Di Giacomo, a criação dos seus projetos também foi uma resposta a outras narrativas que difundiram leituras autoritárias ou conservadoras sobre o passado recente do Brasil. Foram eles: as leituras da empresa Brasil Paralelo em seu canal no YouTube, que repercutem socialmente, e a escolha do título do documentário como contraposição ao título do livro *A verdade sufocada*, escrito por Carlos Alberto Brilhante Ustra (TV CEARÁ, 2023; TV FÓRUM, 2023).

Então, a plataforma Memória Sufocada, disponível no endereço <https://memoriasufocada.com.br/>, assume uma postura de contraponto ao cenário anterior descrito. Os links, materiais e documentos reunidos são compreendidos pelo documentarista como uma forma de combater qualquer espécie de negacionismo. Na sua visão, o site pode mostrar o caminho para a construção do filme e oferecer a possibilidade de cada usuário trilhar seus próprios caminhos pelos materiais disponíveis.

Logo, o site Memória Sufocada se coloca no cenário de disputas de memórias, versões e narrativas sobre a ditadura civil-militar brasileira na internet. Tendo em vista o objeto de estudo, a história digital engloba tanto a natureza de suas fontes quanto o caráter digital da experiência humana na contemporaneidade (PRADO, 2021). No caso, considero o digital a partir de uma dupla dimensão: as fontes que operam com características próprias e a produção contemporânea de conhecimento que se fundamentam por procedimentos de características diversas do processo analógico.

Considerando-se o acervo construído, é interessante dialogar com a noção de arquivos informais digitais (SILVEIRA; MARINHO; NICODEMO, 2022).

Isso porque as fontes digitais coletadas e organizadas pelo diretor a partir de sempre da internet não estão ligadas às práticas de documentação de autoridades públicas ou instituições formais. Trata-se de uma condição própria da web 2.0, na qual as capacidades de armazenamento de dados, interatividade entre usuários e dissolução de distinções temporais entre produção e arquivamento são redimensionadas ou estabelecidas.

Definir os materiais inseridos na plataforma Memória Sufocada como arquivos informais digitais permite igualmente refletir sobre a apreensão social da história. Os textos, áudios, vídeos e as imagens que, por exemplo, circulam pelas redes sociais carregam leituras produzidas por públicos não necessariamente vinculados ao trabalho acadêmico. O recorte escolhido pelo diretor e roteirista Gabriel Di Giacomo propõe mais algumas leituras sobre a ditadura, sendo estas outras possibilidades de reverberação pública da história. Como Silveira, Marino e Nicodemo apontam, “os arquivos informais digitais estão na confluência de práticas arquivísticas, novos estudos de mídia e entendimentos populares do conhecimento histórico” (SILVEIRA; MARINO; NICODEMO, 2022, p. 21).

As potencialidades para a análise histórica são muitas, o que nos leva a um exame detalhado dos arquivos contidos na plataforma Memória Sufocada. Quando exploramos as sessões e os materiais catalogados, precisamos ficar atentos às diferentes linguagens mobilizadas para compor um acervo dotado de características próprias. Além de uma organização específica dos dados, nosso olhar pode investigar quais são os sentidos construídos para a ditadura a partir das interações entre passado e presente e de uma narrativa hipertextual.

Para levar adiante tais reflexões, o artigo considera a própria concepção do criador do site de que seu trabalho vai de encontro a versões negacionistas e saudosistas da ditadura. Assim, organizo o texto em três partes: a constituição de um acervo singular sobre a ditadura civil-militar na

plataforma Memória Sufocada; a construção de uma narrativa que confere sentidos ao passado recente e estabelece conexões com o presente; e os impactos do projeto em questão para as disputas de memória acerca do regime ditatorial, sobretudo no universo virtual. Nas considerações finais, esboço um balanço geral do que representa Memória Sufocada como filme e site para o tempo presente no país.

Um acervo digital sobre a ditadura

Memória Sufocada apresenta em destaque no centro da página as informações sobre o documentário (ano de conclusão das filmagens, classificação etária, a sinopse e tempo de duração). Nessa área, é possível também acessar um hyperlink para assistir ao trailer do filme. Em uma das sessões, intitulada “quero exibir_(breve)”, são informadas também em quais plataformas a obra pode ser assistida mediante aluguel virtual.

O site foi dividido em outras duas seções principais. Na primeira, intitulada “a pesquisa_”, quatro subcategorias podem ser observadas. Foram inseridos alguns filmes sobre a ditadura, sendo eles *Pastor Cláudio*, *Soldados do Araguaia*, *Libelu – Abaixo a ditadura*, *Vlado – 30 anos depois*, *O dia que durou 21 anos*, *Cidadão Boilesen*, *Narciso em férias*, *Verdade 12528*, *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil*, *Damas da Liberdade*, *Em busca de Iara*, *A passeata dos 100 mil*, *Aconteceu bem aqui – DOI-CODI e a violência de Estado hoje*, *Militares da democracia e Reformatório Krenak*.

Outra subcategoria é “golpe_”. Ali estão links para: o site *Memórias da Ditadura*; a entrevista de Jair Bolsonaro no programa *Roda Viva* antes das eleições presidenciais de 2018; o depoimento de Carlos Alberto Brilhante Ustra em uma sessão da Comissão Nacional da Verdade; dois vídeos feitos pelo historiador Carlos Fico sobre o golpe de 1964 e a luta armada; uma reportagem sobre a divulgação de um vídeo pelo governo Bolsonaro em defesa do golpe de 1964; um vídeo sobre a Marcha da Família com Deus pela

Liberdade; uma entrevista de Carlos Lacerda no programa de William F. Buckley Jr. nos EUA; um vídeo sobre a trajetória política de João Goulart; um episódio do podcast “Presidente da Semana” sobre o golpe de 1964; os filmes *O dia que durou 21 anos* (com a legenda “influência dos EUA no golpe”), *Cidadão Boilesen* (com a legenda “o financiamento da ditadura por empresários”), *Democracia em vertigem* e *O processo* (ambos com a legenda “o impeachment de Dilma Rousseff”); um vídeo sobre o golpe até os anos de chumbo; alguns documentos do *National Security Archive* sobre o envolvimento dos EUA no golpe de 1964; e dois arquivos sonoros sobre interferências dos EUA na política brasileira na década de 1960.

Na subcategoria “repressão_”, estão disponíveis: a entrevista do então vice-presidente da República Hamilton Mourão a DW sobre o governo Bolsonaro; os depoimentos em sessões da Comissão Nacional da Verdade dos ex-militantes políticos Gilberto Natalini, Maria Amélia Teles, Darci Miyaki e Adriano Diogo e dos agentes da repressão Manoel Aurélio Lopes, Marival Chaves e Laertes Calandra; o relatório final da Comissão Nacional da Verdade; uma reportagem sobre a comemoração de incêndio em casas de indígenas por funcionários da hidrelétrica de Itaipu; um vídeo da diligência da CNV aos centros de tortura da Oban e DOI-CODI; uma publicação sobre a mudança do atestado de óbito do estudante Alexandre Vannucchi; um vídeo do historiador Carlos Fico sobre o AI-5; uma *live* de manifestação a favor de intervenção militar em 2020; os arquivos sobre as mortes de Hélcio Pereira Fortes, José Gomes Goulart, Antônio Carlos Bicalho Lana, Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones, Carlos Nicolau Danielli; um documento da CIA sobre a autorização de execuções por Ernesto Geisel; um documento secreto do DOI-CODI; uma reportagem sobre uma *fake news* atribuída a ex-militante Amélia Teles; uma publicação de “Memórias da Ditadura” sobre a propaganda da ditadura; uma publicação sobre o assassinato do diplomata José Jobim por denúncias de corrupção da ditadura; uma publicação sobre

a desova de corpos na Ponte do Rio Novo em Avaré em São Paulo; e as biografias do operário Manoel Fiel Filho e do jornalista Vladimir Herzog; e uma lista dos 434 mortos e desaparecidos da ditadura.

E na subcategoria “anistia_”, estão: um vídeo sobre a promulgação da Lei da Anistia pela cientista política Glenda Mezarobba; um vídeo sobre o julgamento no Supremo Tribunal Federal que manteve a Lei da Anistia; uma publicação sobre a Constituição de 1988; um vídeo do historiador Carlos Fico sobre o crescente interesse público pela ditadura; o documentário *Marcha Cega* sobre a influência da ditadura na segurança pública do presente; e duas reportagens sobre o desaparecimento do pedreiro Amarildo em 2013 e o assassinato do menino João Pedro em 2020, ambos no Rio de Janeiro.

A outra sessão existente é intitulada “interrogatório_”. A ideia é responder a uma série de dez perguntas no formato de quiz após acessar os materiais disponíveis no site. As perguntas variam entre as características do governo João Goulart, os atos institucionais, a repressão política, a censura, as consequências econômicas e a Comissão Nacional da Verdade. Ao fim das perguntas, aparecem os números de vítimas estimados pela CNV (torturados, indígenas, exilados, crianças sequestradas, mortos e desaparecidos e pessoas com direitos políticos cassados).

O acervo é diversificado sob muitas formas. Há fontes primárias, como fichas de vítimas assassinadas pela repressão e diálogos entre autoridades estadunidenses por ocasião do golpe civil-militar, e outras indiretas produzidas na contemporaneidade, como filmes sobre o tema e depoimentos na CNV. As fontes podem ser de naturezas variadas, tanto escritas (reportagens sobre a propaganda e a violência do regime e o relatório final da CNV) quanto audiovisuais (a lista de indicações de filmes e vídeos de entrevistas com figuras políticas como Carlos Lacerda e Jair Bolsonaro) e orais (o episódio de podcast sobre o golpe de 1964).

É interessante também identificar os diferentes suportes em que esses dados podem ser encontrados. É muito comum localizá-los em redes sociais ou plataformas virtuais de grande alcance, como o YouTube, o Facebook, o Spotify, a *GloboPlay* e a *Amazon Prime Video*. As fontes escritas podem ser verificadas em portais eletrônicos de jornalismo ou educação, como *Ponte Jornalismo*, *Mundo Educação* e *The Intercept Brasil*. Em outros casos, os discursos de historiadores ganham destaque a partir dos portais *Café História*, *Memórias da Ditadura* e das falas de Carlos Fico.

Quando estudamos a história do tempo presente, estamos diante de uma abundância de fontes que podem se originar da produção numerosa de vestígios possibilitados pela internet e da ampliação da noção de documento desde a Escola dos *Annales* (ALMEIDA, 2011). Então, o que antes poderia não ser considerado uma fonte histórica, possui esse tratamento no presente, como filmes, podcasts e publicações em site. Do mesmo modo, a produção de um acervo digital é uma marca de nossa contemporaneidade, graças à influência da internet na comunicação, no acesso à cultura e na expressão de ideias políticas.

Fábio Chang de Almeida ressalta que um novo espaço de sociabilidade se forma no ciberespaço, sendo dotado de práticas, atitudes e valores inéditos até então (ALMEIDA, 2011). Isso decorre da emergência de documentos digitais que não dependem de um suporte físico para expressar experiências humanas no tempo (ALMEIDA, 2011). Devemos pontuar que *Memória Sufocada* tem um acervo de materiais predominantemente digitais, construídos em plataformas virtuais que não se correspondem com registros físicos, mas também trazem arquivos digitalizados, como as fichas de vítimas em pdf e os diálogos entre os presidentes John Kennedy e Lyndon Johnson com seus funcionários em arquivos de áudio.

Em geral, as fontes digitais podem estar sujeitas à instabilidade. De fato, a perda e a fragmentação de páginas ou materiais na internet são riscos que

existem. Podemos ver como exemplo os links que levariam para um documento secreto do DOI-CODI e uma lista de mortos e desaparecidos, mas apresentam a mensagem “Erro 404: Página não encontrada”. Apesar disso, seria um erro supor que os arquivos tradicionais seriam sempre corretamente preservados (SILVEIRA, 2016a).

Memória Sufocada estimula o pensamento acerca das particularidades de um acervo digital. Pedro Telles da Silveira chama a atenção para um aspecto caro a esse artigo: as novas mídias tendem a viver na tensão entre mediar o acesso a um novo espaço de informações e tentar apagar os traços de mediação (SILVEIRA, 2016a). É uma ponderação relevante porque Gabriel Di Giacomo produziu uma plataforma que não esgota as possibilidades de interpretação da ditadura, já que fez recortes que passam por sua própria subjetividade e concepções políticas.

Por mais que os arquivos tenham como finalidade preservar materiais para usos futuros, operações políticas orientam tal trabalho. Na sua constituição e conservação, práticas sobre o que lembrar e o que esquecer e relações de poder entre passado, presente e futuro fazem parte dos processos (MARINO; SILVEIRA; NICODEMO, 2020). Por isso, é pertinente pensar que as escolhas do que consta em Memória Sufocada, orientadas pelas pesquisas para o filme, seguem memórias e posições políticas de combate aos negacionismos sobre a ditadura no presente.

Além disso, o sentido de um arquivo digital precisa ser mobilizado. Por sua natureza de código numérico pré-programado, pode se multiplicar em novos arquivos (MARINO; SILVEIRA; NICODEMO, 2020), o que afeta também questões de temporalidade. Como pontua Pedro Telles da Silveira, as fontes digitais possuem uma relação intensa com os aparelhos que as criam e reproduzem de tal maneira que a separação entre passado e presente fica nublada, a existência dos eventos depende de sua reprodução midiática (SILVEIRA, 2016a, p. 288).

Quando acrescentamos a informalidade aos arquivos digitais, estamos diante de materiais que não necessariamente possuem uma preservação sistemática em locais projetados para esse fim e para o acesso público. Além disso, fazem parte de um acervo que não apresenta critérios claros para sua organização e disposição (SILVEIRA; MARINO; NICODEMO, 2022). Porém, Memória Sufocada se encontra em uma linha tênue dessa definição, pois se constitui como um arquivo que precisa ser etnograficamente analisado graças às suas particularidades enquanto se baseia em critérios evidentes de repúdio às distorções e falsificações do que foi a ditadura.

Ao mesmo tempo, “um dos pontos centrais dos princípios das práticas informais de arquivamento digital é preencher a lacuna entre passado histórico e experiências contemporâneas (SILVEIRA; MARINO; NICODEMO, 2022, p. 14). Portanto, há uma distância entre os eventos da ditadura, suas interpretações, seus impactos sobre o tempo presente e as formas como essas questões são compreendidas, sentidas e vivenciadas pelos sujeitos sociais na atualidade. Os arquivos informais digitais da plataforma analisada fazem a mediação das lacunas ao colocar em evidências as disputas de sentido sobre o período autoritário.

A fluidez entre as temporalidades pode ser notada em Memória Sufocada nos arquivos disponibilizados no site. A princípio, poderia se esperar que as fontes seriam aquelas produzidas durante a vigência da ditadura civil-militar. Porém, não é um padrão pertinente. Existem também aquelas produzidas após o regime, relembrando o passado recente ou interpretando o presente à luz de permanências desse mesmo passado. Sob outro ângulo, ainda há os efeitos da reprodução midiática de um arquivo digital, que faz um evento específico se propagar entre passado, presente e futuro como algo que já ocorreu, está acontecendo e pode continuar ocorrendo.

Em outro trabalho, Pedro Telles da Silveira analisa particularidades dos acervos digitais com as quais podemos dialogar. Ele argumenta que os

acervos digitais poderiam ser infinitos em função da inserção contínua de novos dados na estrutura (SILVEIRA, 2016b). É a impressão de que as novas tecnologias poderiam armazenar informações e memórias com plena eficiência sem maiores perdas. Entretanto, não se pode esquecer que a própria internet tem suas limitações técnicas, deixando alguns dados de lado para liberar espaço para outros ou enfrentando os desafios de atualizar seus suportes para reter muitas informações. Além, é claro, das escolhas político-ideológicas de quem organiza e coordena o referido repositório.

Outras questões levantadas pelo autor podem ser consideradas para nossas reflexões posteriores. Segundo ele, guardar em um acervo é tornar visível, sobretudo em um período de medo do esquecimento dos acontecimentos traumáticos relativos aos crimes da ditadura (SILVEIRA, 2016b). Em sua visão, a formação de uma base de dados não teria como mérito principal a elaboração de uma narrativa, pois a ideia predominante seria reunir a maior quantidade possível de arquivos sem uma preocupação explícita com um contexto e com a ligação entre os dados (SILVEIRA, 2016b, p. 35). Podemos nos interrogar sobre esses elementos nos debruçando sobre que tipo de narrativa Memória Sufocada cria.

Uma narrativa digital sobre a ditadura

O medo do esquecimento das violações dos direitos humanos e do autoritarismo do regime pode gerar um esforço redobrado de conservação do passado na contemporaneidade? É uma pergunta que pode ser lida a partir da obsessão pela memória (HUYSEN, 2000) ou da presença de um passado de catástrofes no presente (ROUSSO, 2016). E podemos verificar a pertinência de outra interpretação, que passa pela necessidade intensificada de construir e preservar acervos sobre a ditadura civil-militar, inclusive dentro de novas mídias.

A produção arquivística na internet provoca uma saturação midiática que enfraquece uma narrativa coerente sobre o passado recente do país? É um questionamento que pode ser pensado a partir da ideia de que os arquivos digitais promovem uma espécie de “história instantânea” que, apesar de incluir um número maior de perspectivas, confundem evento, evidência e interpretação de modo a comprometer uma leitura crítica (SILVEIRA, 2016b). E podemos verificar a pertinência de outra hipótese, que passa pela compreensão das características singulares de uma narrativa digital fora dos parâmetros tradicionais do discurso acadêmico.

Retomando o que Gabriel Di Giacomo comentou em entrevista de divulgação do filme (TV FÓRUM, 2023), a motivação para a criação de um documentário e de uma plataforma digital se relaciona com a reverberação social do livro de Carlos Alberto Brilhante Ustra e dos vídeos da empresa Brasil Paralelo. Então, no caso analisado, o receio diante dos riscos de esquecimento do passado vai além da perda de memórias e narrativas de acontecimentos dolorosos, traumáticos, violentos e autoritários. Trata-se precisamente do receio do avanço de um negacionismo que justifica as ações dos militares e distorce a oposição de organizações armadas.

Em outra entrevista, o documentarista oferece subsídios para reforçar esse ponto de vista (TV CEARÁ, 2023). O filme foi feito através de pesquisas na internet, reunindo o que poderia se encontrar sobre a ditadura civil-militar no YouTube, Facebook, Twitter, WhatsApp e sites variados. De acordo com Gabriel Di Giacomo, a plataforma foi criada com o intuito de disponibilizar os dados das pesquisas e permitir ao público verificar os fatos históricos mencionados. Logo, ele se preocupa em contestar o conteúdo do negacionismo e as operações anticientíficas e anti-intelectuais de desvalorização da fundamentação do conhecimento a partir de fontes.

Outras nuances complexificam Memória Sufocada na chave do conceito de arquivos informais digitais. Nas definições trabalhadas, esse tipo

de arquivo possibilita a pessoas comuns apresentarem suas perspectivas subjetivas sobre as experiências históricas, inclusive grupos marginalizados que difundem discursos contra-hegemônicos ausentes da história oficial e de instituições arquivísticas tradicionais (SILVEIRA; MARINO; NICODEMO, 2022). Gabriel Di Giacomo pode não fazer parte de grupos historicamente oprimidos, mas pode criar um acervo que se coloca contrário às tentativas de hegemonizar versões autoritárias e conservadoras acerca da ditadura.

Os já citados vídeos da empresa Brasil Paralelo são importantes para o contexto de produção do documentário e a percepção da força da internet na esfera pública. Como Anita Lucchesi sustenta, a cibercultura reconfigura as noções de público e privado (LUCCHESI, 2013), permitindo a criação de narrativas que extrapolam o espaço tradicional onde são elaboradas e reverberam socialmente. A historiadora dialoga com as definições de Habermas para espaço público para compreender a esfera pública digital a partir de fatores políticos, econômicos e culturais diferentes que reformulam a atuação dos cidadãos e a expansão de vozes de sujeitos sociais (LUCCHESI, 2013).

Já a questão de uma narrativa digital específica requer atenção a vários aspectos. Segundo Anita Lucchesi, “a flexibilidade, assim, transforma a experiência do consumo de história, ao passo que as mídias digitais também vão, em virtude de sua abertura e diversidade, alterar as condições de produção da história” (LUCCHESI, 2013, p. 12). Uma das diferenças é a construção de uma narrativa histórica em Memória Sufocada por um cineasta e produtor audiovisual, o que indica a inexistência de um monopólio da história pelos historiadores, sobretudo na web 2.0.

Na plataforma criada por Gabriel Di Giacomo, duas características podem ajudar a destrinchar que tipo de narrativa seria essa: a interatividade e a hipertextualidade. Na primeira, haveria a construção colaborativa de conhecimentos históricos a partir de uma postura ativa dos usuários, que

passaram a ser também produtores de conteúdos através de comentários em publicações de terceiros ou do próprio envio de produções pessoais (MARINO, 2022). Na segunda, haveria o encadeamento de hiperlinks para diferentes suportes, que fariam a narrativa não ser mais linear nem restrita a apenas uma dimensão do conhecimento (LUCCHESI, 2012a).

Em geral, uma interatividade maior é entendida com base nas contribuições de usuários a uma publicação prévia, agregando de alguma maneira mais dados às informações originais (digitação de comentários, upload de outros arquivos...). No entanto, Memória Sufocada não foi moldada para receber qualquer acréscimo de quem navega por ali. As possibilidades de interagir com nosso objeto de estudo funcionam com outros princípios e práticas.

Entrevistado, Gabriel Di Giacomo disse que a ideia inicial era fazer um documentário tradicional com entrevistas de estudiosos e pessoas violentadas pela ditadura, mas a pandemia do Covid-19 dificultou os planos (TV FÓRUM, 2023; TV CEARÁ, 2023) e o fez optar pela estrutura das pesquisas na internet. A alteração potencializa a interatividade que já existiria com o trabalho do documentarista de montar os trechos das entrevistas segundo uma ideia artística. A interatividade aumenta porque o cineasta escolhe o que será pesquisado, adapta o material para uma linguagem cinematográfica e organiza a pesquisa na montagem final.

Por outro lado, a afirmação do documentarista de que a plataforma possibilita a qualquer pessoa interessada acessar os materiais de pesquisa trabalhados no filme amplia a interatividade. Isso porque o site indica a minutagem em que cada arquivo aparece no documentário, mas não impõe que eles deveriam ser vistos na mesma ordem. Ter tudo disponibilizado diretamente faz com que os usuários possam transitar pelas seções, temas e mídias livremente e, assim, criar etapas distintas para a narrativa.

Mas que tipo de narrativa pode ser? Trata-se de uma nova configuração que pressupõe uma escrita fluida que viaja virtualmente pelos mecanismos de busca e por diferentes abas abertas no formato de hipertexto (LUCCHESI, 2012b). Desse modo, o sentido que se estabelece para a ditadura civil-militar na plataforma não ocorre por ordem cronológica, com uma leitura da esquerda para a direita e mobilizando o mesmo repertório de percepções. Nessa viagem virtual, muitos pontos de vista são mediados por diferentes ferramentas (YouTube, Facebook, sites de instituições e de educação...), que produzem sentidos sem neutralidades (MARINO, 2022; LUCCHESI, 2012b).

Tais características se adequam aos questionamentos feitos por Anita Lucchesi sobre as eventuais transformações que o digital poderia gerar para a operação historiográfica. Em sua visão, a representação do conhecimento histórico em uma forma narrativa, que pode conter alguns recursos literários, é alterada (LUCCHESI, 2012a) porque a dimensão escrita não é a única existente nas mídias e hiperlinks. Em Memória Sufocada, precisamos também assimilar as informações provenientes das características específicas das imagens e dos arquivos sonoros.

A multiplicidade de pontos de vista sem um aparente contexto explicativo prévio é o que abre margem para dúvidas se o digital sofreria dos problemas de saturação midiática e fragilidade narrativa. Vistas isoladamente, algumas fontes podem ser vistas sem a devida crítica como se fossem inseridas sem um trabalho maior de reflexão sobre suas intenções e limitações. São os casos dos depoimentos de militares na CNV e da entrevista de Jair Bolsonaro no programa Roda Viva, que relativizam ou defendem ações da ditadura sem um contraponto explícito na plataforma.

No entanto, os métodos de análise de um acervo digital não são exatamente os mesmos de outras formas de acervo e de arquivos tradicionais. Por exemplo, é preciso levar em conta o conjunto de fontes para identificar um raciocínio geral que perpassa toda a plataforma. Em termos quantitativos,

a quantidade de arquivos que possui uma posição crítica à ditadura é maior, como os depoimentos de vítimas da repressão na CNV, as falas de Carlos Fico e os documentos sobre a participação dos EUA no golpe de Estado. Sendo assim, o cruzamento de todos os materiais disponíveis contesta os discursos favoráveis ao regime autoritário.

Além disso, a narrativa pode ser hipertextual não apenas em relação à fusão de diferentes mídias, ferramentas e formatos. As escolhas das seções e dos documentos também sugerem que as transições se dão entre passado e presente, ou seja, ocorre um vaivém entre o período da ditadura e o presente do país. Então, podemos concluir que *Memória Sufocada* constrói a tese de que o passado ditatorial deixou legados significativos para o presente democrático através de eventos mais ou menos debatidos na sociedade brasileira com esse recorte.

A subcategoria “golpe_” é escolhida porque é um tema que entrelaça concepções do cineasta sobre os diferentes períodos históricos. Muitos documentos tratam da deposição de João Goulart em 1964, enquanto outros abordam o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Portanto, podemos interpretar que os dois acontecimentos são aproximados como exemplos de golpes de Estado. E como ideia geral, podemos concluir que esse paralelo mostra a fragilidade de uma cultura democrática no Brasil.

Já na subcategoria “repressão_”, a mesma operação temporal é feita. A maioria das fontes trata da violência física e simbólica da ditadura através dos assassinatos, desaparecimentos e da propaganda oficial à época. Os demais materiais são contemporâneos e abordam relatos em sessões na CNV e uma live de manifestação a favor da intervenção militar. A combinação desses arquivos pode sugerir a tese de que a repressão ainda não foi totalmente esclarecida nem tornada pública em todos os seus detalhes para a sociedade brasileira, o que explica a necessidade de uma comissão da verdade e manifestações de teor autoritário.

E a subcategoria “anistia_” completa o vaivém entre passado e presente destacando o problema do enfrentamento das violações de direitos humanos durante a ditadura. Algumas fontes contextualizam as discussões sobre a elaboração e a revisão da Lei da Anistia em 1979. Outras fontes representam a violência recente no país através dos casos do pedreiro Amarildo e do estudante João Pedro. Daí, depreende-se a tese de que a impunidade dos torturadores e a persistência de estruturas autoritárias da ditadura geraram uma lógica violenta na segurança pública e a perpetuação da violência para populações periféricas.

O entrelaçamento entre passado e presente também atinge o aspecto estético da linguagem digital. Já no documentário, algumas escolhas formais simbolizam a incorporação de recursos visuais contemporâneos na representação dos eventos passados, por exemplo a apresentação de arquivos sonoros da época como áudios de WhatsApp e a votação sobre a revisão da Lei da Anistia no STF como enquete do *Instagram*. Na plataforma Memória Sufocada, algo semelhante é feito ao inserir o símbolo informático *underline* nos nomes das sessões e subcategorias e adaptar o formato de quiz encontrado em diferentes sites à nomenclatura “interrogatório_” para propor perguntas aos usuários sobre a ditadura.

Quando pensamos nas interações entre passado e presente para a ditadura civil-militar, a questão da memória se apresenta como uma reflexão cabível. O debate pode ser ainda mais profícuo se for relacionado às transformações provocadas pela internet nos atos de lembrar e esquecer.

Uma memória digital sobre a ditadura

As memórias sobre a ditadura civil-militar são heterogêneas, estão em constante disputa e se transformam ao longo do tempo. Marcos Napolitano analisou a trajetória de construção das memórias desde a redemocratização até a segunda metade dos anos 2010, identificando os períodos da abertura

política, das políticas de memória dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva e dos revisionismos historiográficos e ideológicos como sintomáticos desse processo plural (NAPOLITANO, 2015). O historiador também sublinha a especificidade de uma memória histórica que inclui reivindicações de verdade e justiça, por abranger lutas pelo esclarecimento das violações de direitos humanos e responsabilização jurídica dos violadores.

Consequentemente, os debates são complexos e os procedimentos de construção das memórias do passado recente ganham novos contornos no tempo presente. Este processo é influenciado pela proliferação do negacionismo histórico que deslegitima o conhecimento científico, ataca a democracia e rejeita as narrativas de sujeitos marginalizados (AVILA, 2021). Arthur Lima de Avila examina mais profundamente um espírito negacionista e o descreve como sendo capaz de impor significados únicos à história, fazer uma leitura dicotômica da realidade para desqualificar oposições e de se apoiar em falsificações do passado com interesses políticos (AVILA, 2021, p. 164-165).

Levando em consideração o embate contemporâneo por representações da ditadura, a seleção de fontes sob o ponto de vista das Forças Armadas na plataforma Memória Sufocada sintetiza as versões negacionistas em curso no país. Os depoimentos de militares na CNV e a fala de Jair Bolsonaro negam as torturas e o autoritarismo do regime, justificam a intervenção militar para a proteção da sociedade de um perigo comunista e condenam as guerrilhas como uma estratégia violenta das esquerdas para a implantação de uma ditadura. Essa narrativa pode ser relacionada com um contexto político de governos seguidos do PT e de iniciativas de ampliação da cidadania na democracia brasileira.

Ao longo das administrações do Partido dos Trabalhadores, algumas práticas despertaram a insatisfação de setores sociais conservadores e autoritários que reagiram com ações extremistas, inclusive o resgate

negacionista da ditadura. As políticas públicas de ascensão socioeconômica de grupos sociais periféricos, direcionadas, por exemplo, para a educação, a moradia e a distribuição de renda, desencadearam reações radicalizadas de quem defendia a manutenção de seus privilégios históricos. Em paralelo a isso, a Comissão Nacional da Verdade entre os anos de 2012 e 2014, apesar de não ter papel judicial, foi recebida pelas Forças Armadas e por segmentos conservadores como um ato de revanchismo que atacaria a instituição militar e enalteceria a esquerda armada.

É nessa chave que Memória Sufocada começa a se colocar. Em um cenário de avanço do negacionismo histórico, citado por Gabriel Di Giacomo em entrevistas, a plataforma mobiliza uma memória que se contrapõe a tal prática. É necessário reforçar como a ditadura se estruturou em torno da violência da repressão, da supressão de direitos fundamentais e da suspensão da democracia. Então, no site, podemos observar a seleção de materiais diversificados que expõem tais características através de fontes primárias do período e de produções mais contemporâneas.

Segundo Mateus Pereira, as disputas de memória ocorrem em virtude de um passado da ditadura que ainda se mostra atual e é alvo de negações e revisionismos ideológicos que dificultam a construção de uma memória pública do regime autoritário (PEREIRA, 2015, p. 889). Uma memória pública que signifique esclarecer as violações de direitos da ditadura, combater esquecimentos forçados e realizar um trabalho crítico e ético de representação do passado. O historiador também pensa nos desdobramentos da não inscrição de um discurso público oficial baseado em verdade e justiça, que assombram a sociedade brasileira com distorções do que seria o passado e quais seriam suas repercussões no presente.

Dentro do processo de construção de memórias, cristalizou-se a imagem a partir da década de 1990 de uma suposta “vitória simbólica dos vencidos nas guerras de memórias”, por conta de algumas leis de reparação

para os direitos de vítimas e familiares (PEREIRA, 2015, p. 891). Porém, os silêncios para vários aspectos do funcionamento da repressão e dos destinos de mortos e desaparecidos políticos, bem como a ausência de punições para os violadores de direitos humanos contradizem essa imagem. Outra evidência de que a perspectiva das vítimas da repressão não prevalece é o próprio negacionismo, que disputa os sentidos daquele passado.

Por isso, as ponderações de Arthur Lima de Avila a respeito do combate do negacionismo são tão pertinentes. Para o historiador, é importante ampliar o número de aliados para um conhecimento histórico eticamente comprometido e baseado em fundamentos críticos verificáveis, ao mesmo tempo que se aumentam as possibilidades de representação do passado (AVILA, 2021, p. 164). Nesse ponto em questão, podemos enfatizar que os aliados seriam profissionais de outras áreas criando outras modalidades de narrativas históricas, como um cineasta que produz um documentário e uma plataforma virtual sobre a ditadura civil-militar.

Além de afirmar a violência e o autoritarismo da ditadura, Memória Sufocada contribui com outros elementos na disputa de memória atual. É comum encontrar nas posições contrárias à revisão da Lei da Anistia e aos trabalhos da CNV uma concepção que rompe as relações entre passado e presente. Quando algo diferente é defendido, a alegação de que se assume uma postura revanchista de “mexer com o que já passou” aparece. Na plataforma examinada, não se nota algo assim porque as temporalidades se encontram e o passado ditatorial impacta o presente no que se refere à segurança pública e à estabilidade da democracia.

A escolha dos materiais em cada subcategoria não somente estabelece nexos entre passado e presente como também desenvolve uma leitura crítica. Mesmo que não seja criada uma narrativa explícita ou tradicional, podemos concluir que a plataforma defende a ideia de que seria necessário enfrentar os legados autoritários deixados por um processo de

abertura política conciliador e pactuado entre forças políticas diversas. Revisar a Lei da Anistia, reformular o sistema de segurança pública e fortalecer instituições democráticas seriam trabalhos indispensáveis para a formação de uma democracia de fato.

Recordar e esquecer são operações que ganham contornos próprios na internet. A princípio, poderia se supor que o ambiente virtual seria propício para a disseminação exclusiva de memórias negacionistas sobre a ditadura. Geraldo Homero do Couto Neto examina alguns vídeos dessa natureza em um estudo que o permite identificar o ano de 2018 como um marco para o crescimento de memórias conservadoras e autoritárias nas novas mídias e redes sociais (NETO, 2019). Em comum, teriam o anticomunismo, um liberalismo econômico e um conservadorismo moral que se manifestariam em um nacionalismo radical e na defesa de certa concepção de valores morais contrários ao movimento feminista e LGBTQIA+ (NETO, 2019, p. 84).

O cuidado que se deve ter é o de não generalizar a internet como um ambiente dominado por memórias nesses moldes. Como em outras esferas da vida social, há uma disputa e transformações ao longo do tempo. Memória Sufocada é um exemplo de ocupação do ambiente digital contra o negacionismo, a violência do período ditatorial e seus legados na contemporaneidade. Para isso, é possível construir uma narrativa reunindo materiais do passado e do presente e propor uma reflexão social e política.

A dinâmica temporal própria da internet afeta, então, o processo de elaboração de memórias e esquecimentos. Pedro Telles da Silveira contribui para esse debate partindo do princípio de que os sentidos de lembrar e esquecer são modificados pelos aparelhos técnicos, graças à noção de “efêmero duradouro” (SILVEIRA, 2021, p. 291). Nas mais diversas plataformas digitais, as informações, os eventos e as discussões se sucedem em grande velocidade, como se a “data de validade” estivesse sempre prestes a expirar. Um assunto pode estar “quente” a qualquer momento até ser rapidamente

substituído por outro e por outro. E quando menos se espera, aquele assunto aparentemente esquecido retorna porque uma publicação antiga é recuperada ou uma mídia nova é criada com base nele.

É assim que os vídeos, as publicações escritas e arquivos sonoros disponibilizados em Memória Sufocada podem ter uma temporalidade particular, uma efemeridade duradoura. Cada fonte possui sua própria historicidade, tendo sido produzida em um ano e contexto específico, desde o período da ditadura até a volta da democracia. Nesses momentos, são revestidos de sentidos variados a depender da conjuntura. Posteriormente, as mesmas fontes são inseridas na plataforma e recebem significados temporais e epistemológicos distintos. E o ciclo ainda se perpetua continuamente a cada novo instante em que os materiais são acessados.

Pedro Telles da Silveira também comprehende que há uma reconfiguração nas relações entre passado e presente. A experiência do tempo pode ser impactada pela sobreposição entre as categorias temporais, passando a ser mais complexa a diferenciação entre elas (SILVEIRA, 2021, p. 294). No caso de Memória Sufocada, a persistência da violência policial, a deposição de Dilma Rousseff e a realização de uma manifestação favorável à intervenção militar (comparável a Marcha da Família com Deus pela Liberdade) pode sugerir que o site questiona se estaríamos acompanhando uma nova conjuntura no presente ou a repetição do passado.

O historiador adiciona às suas reflexões uma noção elaborada por Alison Landsberg sobre “memória prostética”, que pode ser útil aos nossos propósitos aqui. O conceito é trabalhado como um “tipo de memória que surge do encontro entre o indivíduo e uma representação midiática do passado” (LANDSBERG, 2004, p. 9 APUD SILVEIRA, 2021, p. 295). É um debate interessante porque tanto o cinema quanto às mídias digitais redimensionam a temporalidade e os eventos para os sujeitos sociais, que cada vez mais se sentem afetados e agregam memória de períodos históricos e

acontecimentos que não experimentaram diretamente. O contato se deu a partir de representações feitas por terceiros.

Na plataforma, a influência da linguagem digital sobre a memória da ditadura merece atenção. Memória Sufocada auxilia na construção de uma memória que não se enquadra em uma linearidade convencional, pois se estrutura no vaivém entre passado e presente e contempla múltiplas dimensões do conhecimento (discursos escritos, imagens e sons). O próprio funcionamento dos aparelhos técnicos intensifica essa fragmentação, pois a noção de tempo se torna mais fluida quando um usuário acessa o site e pode reproduzir um vídeo enquanto lê uma publicação, abrir várias abas e transitar por elas, interromper o consumo de um arquivo para partir para outro, entre outras possibilidades.

Quando nos interrogamos sobre os impactos de uma memória digital que se desdobra em mídias de diferentes formatos, precisamos ainda considerar outro fator importante. Ler uma publicação escrita, ouvir um arquivo sonoro e assistir a um vídeo mobiliza diferentes repertórios de percepção, logo a memória não é moldada somente por uma carga racional-intelectual porque inclui também uma dimensão sensorial. Em Memória Sufocada, os relatos das vítimas de tortura na CNV, por exemplo, não podem ser compreendidos nem inseridos na memória sobre a ditadura sem levar em conta as emoções despertadas.

Considerações finais

Vivemos em um cenário em que a verdade factual tem sido colocada em xeque por diversos fenômenos contemporâneos: o falseamento da realidade através das *fake news*, o conceito de pós-verdade, a distorção do sentido de liberdade de expressão, a prevalência da opinião sobre o fato e a negação de eventos históricos verificáveis pelas fontes. Tais exemplos evidenciam a força de crenças pessoais, de vínculos afetivos e da

hierarquização da experiência em detrimento do conhecimento mediado pela pesquisa.

Por exemplo, de um lado, intensifica-se a defesa de que a vivência durante o período da ditadura civil-militar se tornaria a melhor maneira de conhecer e explicar aquele passado, qualificando os depoimentos de pessoas que vivenciaram a época como verdade inquestionável. De outro lado, cresce o posicionamento daqueles que julgam os historiadores e professores de história como doutrinadores, que ocultariam a verdade para manipular os estudantes de acordo com seus interesses ideológicos de esquerda.

Simultaneamente, o contexto político de polarização ideológica também afeta a construção de memórias sobre a ditadura. A negação da violência e do autoritarismo, bem como a desqualificação simplista das organizações armadas da época, são instrumentalizadas por setores conservadores e reacionários para atacar governos e líderes políticos da esquerda do presente.

É importante levar em consideração que estudos já foram feitos sobre a produção de conteúdos na internet sobre a ditadura civil-militar. Ana Clara Borges Costa e Georgete Medleg Rodrigues mapearam e analisaram blogs coletivos em 2019, percebendo que muitos deles estavam iniciados antes da publicização de alguns arquivos pela Comissão Nacional da Verdade (COSTA; RODRIGUES, 2019, p. 94). Em outro artigo, Elis Saraiva Santana e Livia Diana Rocha Magalhães se debruçam sobre os vídeos 1964 – *O Brasil entre armas e livros e Ditadura à brasileira*, que sustentam a ideia de que a verdade sobre o tema havia sido ocultado pelos historiadores e professores (SANTANA; MAGALHÃES, 2021, p. 9).

Dentro dessa conjuntura, Gabriel Di Giacomo e o projeto Memória Sufocada exemplificam iniciativas que se contrapõem ao negacionismo, ao extremismo político e à intolerância ao pensamento crítico. Inicialmente, o

produtor e cineasta concebeu um documentário que aborda a ditadura brasileira e seus desdobramentos na contemporaneidade através de pesquisas na internet. A narrativa cinematográfica se baseia na linguagem digital de plataformas como Facebook, YouTube, WhatsApp, Twitter, sites de agências governamentais, entre outras, e entrelaça passado e presente em termos temáticos e estéticos.

Em seguida, o trabalho no cinema se desdobrou para a criação da plataforma de mesmo nome no ambiente virtual. Outro contraponto nasceu. Trata-se de uma reação que passa pelas especificidades de arquivos, narrativas e memórias em construção e circulação pelo ambiente virtual. Nesse sentido, as disputas seguem acontecendo em termos de interpretações do passado, mas englobam também as práticas a nortearem os arquivamentos, a seleção do que lembrar e esquecer e o papel das novas mídias na construção de conhecimentos históricos (SILVEIRA; MARINO; NICODEMO, 2022).

Nos embates necessários contra o negacionismo histórico e as posturas anticientíficas, *Memória Sufocada* se apresenta como um acervo digital. A investigação do conteúdo selecionado e da disposição específica dos arquivos demonstra as diferenças em relação aos acervos analógicos. As fontes são de diferentes naturezas (escritas, sonoras, audiovisuais...), oriundas de diferentes mídias e redes sociais, reunidas graças à programação numérica de dados digitais. Enquanto isso, as limitações existem, como os riscos de materiais se perderem em páginas não mais encontradas.

Memória Sufocada também propõe uma narrativa. A interatividade e a hipertextualidade são características nos meios digitais. A interação maior de usuários com o que se produz evidencia que os historiadores não são os únicos a criar discursos sobre o passado, afinal Gabriel Di Giacomo se apropria de saberes históricos para dar vida a uma representação própria do tema. A combinação de hiperlinks que se abrem para diferentes caminhos permite

integrar múltiplas dimensões do conhecimento sem uma linearidade delimitada, além de também fazer com que passado e presente se alternem sem posições fixas.

A plataforma contribui para as disputas de memória acerca da ditadura. A reafirmação da violência e do autoritarismo do regime contra as versões que relativizam, justificam e legitimam o poder arbitrário dos militares à época é uma das marcas da memória digital elaborada em Memória Sufocada. Ao mesmo tempo, é uma representação que pensa o entrelaçamento entre passado e presente por conta de um processo de abertura política que não julgou os violadores de direitos humanos, não fortaleceu uma cultura democrática nem delimitou um discurso público ético de verdade e justiça para o período.

As disputas de memória sobre a ditadura, as reconfigurações contemporâneas da narrativa histórica e os impactos sociais das novas tecnologias. O digital oferece diversas possibilidades de análise que podem ser incorporadas pelos historiadores. Não precisam ser todos, mas aqueles que se engajarem no campo também devem assumir para si a interatividade e a hipertextualidade dessas narrativas em seu ofício. Interagir e se desdobrar em diferentes áreas do conhecimento, diálogos com outros profissionais e dimensões da experiência humana no tempo.

Fontes

SALVATORE FILMES. Memória Sufocada. Disponível em: <https://memoriasufocada.com.br/index.html>. Acesso: 22 jan. 2024.

TV CEARÁ. Ditadura nunca mais: "Memória Sufocada" + "Chuva Negra" e o audiovisual inclusivo | Clube Cinema #48. Canal TV Ceará. Publicado: 05 abr. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lgcztILlvGA>. Acesso: 22 jan. 2024.

TV FÓRUM. A real história do torturado Ustra: entrevista com Gabriel Di Giacomo, diretor de Memória Sufocada. Canal TV Fórum. Publicado: 07 abr.

2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vwRAYC335D8>. Acesso: 22 jan. 2024.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos*, n. 8, vol. 3, jan./jun. 2011, p. 9-25.
- AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*, vol. 41, nº 87, 2021, p. 161-184.
- COSTA, Ana Clara Borges; RODRIGUES, Georgete Medleg. A construção de fontes de informação sobre a ditadura militar no Brasil (1964-1985): levantamento e análise de blogs grupais sobre o tema. *Prisma.com*, n 40, 2019, p. 88-97.
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- LUCCHESI, Anita. Do texto ao hipertexto: notas sobre a escrita digital da história no século XXI. *VIII Jornadas de Historia Moderna y Contemporánea. Encuentros entre la política, la economía, la cultura y la sociedad*. 2012a.
- LUCCHESI, Anita. Histórias no ciberespaço: viagens sem mapas, sem referências e sem paradeiros no território incógnito da web. *Cadernos do Tempo Presente*, Sergipe, n. 6, jan. 2012b.
- LUCCHESI, A. História e historiografia digital: diálogos possíveis em uma nova esfera pública. *Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social XXVII, Anais eletrônicos*. Natal: ANPUH, p. 1-17, 2013.
- MARINO, Ian Kisil; NICODEMO, Thiago Lima; SILVEIRA, Pedro Telles da. Arquivo, memória e Big Data: uma proposta a partir da Covid-19. *Cadernos do Tempo Presente*, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 01, p. 90-103, jan./jun. 2020.
- MARINO, Ian Kisil. Solucionismo digital? Convite a uma reflexão autocritica. NICODEMO, Thiago Lima; MARINO, Ian Kisil; ROTA, Alesson Ramon (orgs.). *Caminhos da história digital no Brasil*. Vitória: Editora Milfontes, 2022.
- NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v.8, n.15, nov. 2015, p. 9-44.

NETO, Geraldo Homero do Couto. A “nova direita” no YouTube: conservadorismo e negacionismo histórico sobre a ditadura militar brasileira. *Revista Ágora*, Vitória, n. 29, 2019, p. 83-103.

OLIVEIRA, Sonale Diane Pastro; MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. “A internet, um novo espaço de disputa pela memória da ditadura militar no Brasil”. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n 10, 2013, p. 159-181.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, set/dez 2015, p. 863-902.

PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.13, n. 34, set./dez. 2021, p. 3-32.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo*. Tradução de Fernando Coelho, Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SANTANA, Elis Saraiva; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. Ditadura militar, memória, história pública e vídeos disponíveis na internet. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, São Paulo, v. 21, p. 2021, p. 1-15.

SILVEIRA, Pedro Telles da. As fontes digitais no universo das imagens técnicas: crítica documental, novas mídias e o estatuto das fontes históricas digitais. *Antíteses*, v. 9, n. 17, jan./jun. 2016a, p. 270-296;

SILVEIRA, Pedro Telles da. Da história instantânea ao arquivo infinito. *Faces da História*, v. 3, n. 2, 2016b, p-24-42

SILVEIRA, Pedro Telles da. Lembrar e esquecer na internet: memória, mídias digitais e a temporalidade do perdão na esfera pública contemporânea. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 37, n. 73, jan./abr. 2021, p. 287-321.

SILVEIRA, Pedro Telles da.; MARINO, Ian Kisil; NICODEMO, Thiago Lima. Digital Resources: Digital Informal Archives in Contemporary Brazil. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford: Oxford University Press, 2021. p. 1-24.